

PORTO VELHO
RONDÔNIA
7 a 10 de
setembro
2011

9º CONSENGE em pauta

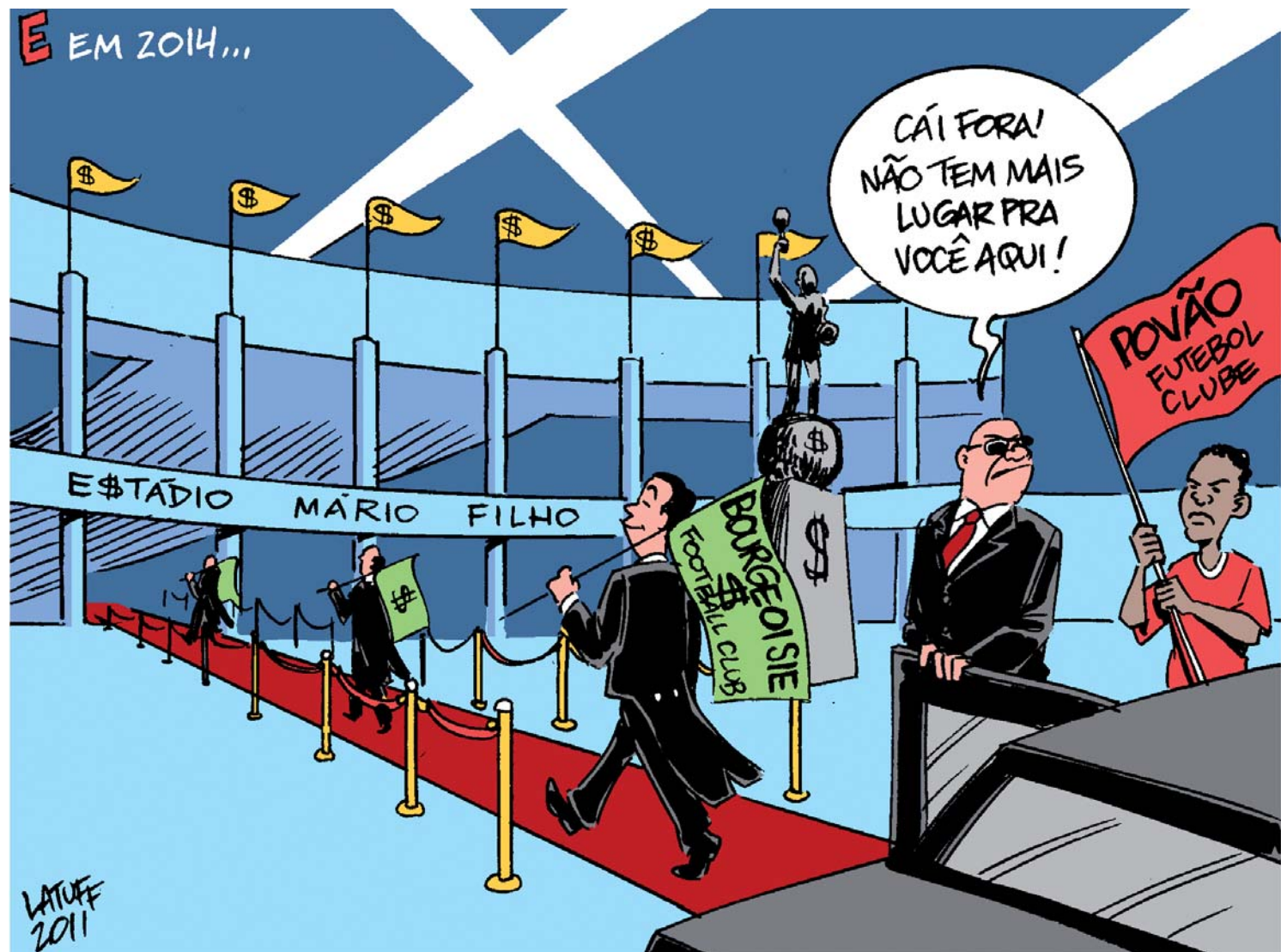
Congresso que acontecerá em setembro já é preparado com palestras sobre sociedade, energia e meio ambiente

PÁGINAS 5 a 8

Intensa experiência chilena

Ex-ministro de agricultura do Chile no governo Allende fala sobre o socialismo, a reforma agrária, o golpe de estado e as catástrofes naturais que abalaram o país

PÁGINA 3



OS DONOS DA BOLA

O projeto do novo Maracanã para a Copa de 2014 é apreciado por muitos, porém especialista afirma que haverá menos segurança, o público será reduzido, o ingresso ficará mais caro e que os atrasos nas obras acontecem para justificar o superfaturamento. O novo estádio feito para a elite não será um legado para a cidade

PÁGINA 12

Integração entre Sindicato e universidade

SENGE-RJ vai à sala de aula na UERJ e explica a importância da sindicalização e a atuação da entidade PÁG. 4

Bombeiros anistiados

Com a aprovação por unanimidade pela Assembleia Legislativa do projeto de lei 664/11, foi concedida a anistia administrativa aos 439 bombeiros e dois policiais militares que foram presos após a ocupação do Quartel Central do Corpo de Bombeiros, no dia 3 de junho. Também foi aprovada pela Câmara dos Deputados a Anistia Criminal a todos eles. É uma grande vitória política do movimento.

Além disso, a Alerj também aprovou uma antecipação, em julho, de 5,58% de reajuste salarial. Estas e outras conquistas, que certamente virão, não caíram do céu. Foram fruto de um longo e paciente trabalho de mobilização de amplos setores da categoria, e, principalmente de uma ação junto à população do Rio de Janeiro. Neste quesito, eles foram imbatíveis. Poucas categorias de trabalhadores têm conseguido furar o bloqueio da mídia e sensibilizar a população.

O grande derrotado de toda esta situação é o governador Sérgio Cabral, que logo no primeiro dia do movimento chamou os bombeiros de vândalos. Por um mero acaso e extrema infelicidade sua, o desastre de helicóptero que vitimou um membro de sua família explicitou a forma promíscua como o Governo do Estado se relaciona com alguns empresários. Em troca de certos favores, como passear de helicóptero e participar de convescotes de fim de semana, o governador os isenta de impostos, aumenta prazos de concessões públicas e realiza obras sem licitação, além de receber polpudos financiamentos de campanha.

Se, no vocabulário governamental, vândalo é o cidadão que se organiza para defender seus direitos e os de sua categoria, que nome terá o governador que procede desta maneira?

Os motivos privados das autoridades públicas

■ ANTONIO GERSON DE CARVALHO*

A administração pública, em todos os níveis, vive momentos críticos no país. A falta de senso ético das autoridades, demonstrada no constante desperdício do dinheiro público, e sua afinidade com as relações no mínimo indecentes, entre governos e empresários, tanto nas prefeituras, quanto nos Estados e na União, chegam ao limite da bandalhice.

Enquanto cresce a pauta de temas urgentes para a grande maioria da população, se amontoando sem serem resolvidos, outros são apresentados com o carimbo “prioridade”, num conluio entre as diversas esferas de poder, e tomam conta da atenção geral, no círculo vicioso de gastos bilionários para benefício de poucos, sugados pelo ralo do esbanjamento e da corrupção que prejudicam as reais necessidades de muitos.

A prefeitura do Rio constrói ciclovias precárias, mas milionárias, a um custo por quilômetro superior ao de uma estrada, promove a privatização de espaços públicos, como o da Zona Portuária, onde anuncia a absurda demolição da Perimetral, para valorizar empreendimentos imobiliários sofisticados e abrigar instalações para os grandes eventos que a cidade vai receber, privatizando serviços, como coleta de lixo, iluminação pública, ... etc, que estão entre as suas atividades fins, num grande atestado de incompetência.

Enquanto isso, não fosse o triste acidente ocorrido na Bahia com o helicóptero de um acusado de fraudes, provavelmente passaria despercebida mais uma viagem do nosso ex-senador gazeteiro, agora gover-

nador do Estado, para uma festinha de aniversário luxuosa, em porto que imaginava seguro, utilizando jatinho de empresário grande doador de recursos para sua campanha, em companhia de seus familiares e de empreiteiro dono de uma das maiores contratadas para obras no Estado, muitas delas sem licitação, e que coincidentemente também realiza várias obras para o Município e para o PAC do Governo Federal.

Completando o quadro, ao invés de procurar garantir alguma austeridade e maior rigor na fiscalização, o Governo Federal propõe a medida que “flexibiliza as frouxas regras existentes” e institui o Regime Diferenciado com a justificativa de tentar evitar atrasos nas obras que visam a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, retirando a necessidade de projeto básico, criando mais facilidades para aditivos e ampliação de gastos. Essas parcerias público-privadas para os mega eventos, com a cumplicidade das três esferas de governo, “cheiram mal como privadas públicas”.

A sociedade civil não pode ficar alheia a tudo isso, não podemos abdicar do nosso direito de intolerância com a imoralidade e a corrupção, caso contrário, a Copa e as Olimpíadas vão ser transformadas em novas grandes oportunidades perdidas, sem resultar em obras importantes para o transporte, para habitação, para a saúde, com resultados benéficos por longo prazo, e acabem por contribuir para retardar ainda mais obras realmente imprescindíveis, fazendo com que mergulhemos em um novo processo de descrédito e crise. Estaremos falidos e mal pagos.

■ Diretor do SENGE-RJ

A falta de senso ético das autoridades, demonstrada no constante desperdício do dinheiro público, chega ao limite da bandalhice



— Senge-RJ SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE
Olimpio Alves dos Santos

DIRETORIA
Agamenon Rodrigues E. Oliveira, Antonio Carlos Soares Pereira, Antonio Gerson Ferreira de Carvalho, Carlos Alberto da Cruz, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco do Nascimento Filho, Eduardo Ramos Duarte, Fernando de Carvalho Turino, Flávio Ribeiro Ramos, Francisco Parentes de Rezende Correa, Gunter de Moura Angelkorte, Jorge Antônio da Silva, Jorge Saraiva da Rocha, José Amaro Barcelos Lima, José Stelberto Porto Soares, Julio César Arruda de Carvalho, Luiz Antônio Cosenza, Lusía Maria de Oliveira, Marco Antônio Barbosa, Maria Virginia Martins Brandão, Miguel Santos Leite Sampaio, Paulo Cesar Nayfeld Granja, Paulo Cesar Quintanilha

CONSELHO EDITORIAL
Agamenon Rodrigues Oliveira, Antonio Gerson de Carvalho, Clayton Guimarães do Vabo, Clovis Francisco Nascimento Filho, Flavio Ribeiro Ramos, José Stelberto Porto Soares, Miguel Santos Leite Sampaio e Olimpio Alves dos Santos

CONSELHO FISCAL
Titulares: Nei Rodrigues Beserra, Paulino Cabral da Silva, Sergio Gomes dos Santos; **Suplentes:** Agostinho Guerreiro, Rubem Corveto de Azeredo, Sonia da Costa Rodrigues.

JORNAL DO
Engenheiro

Edição: Júlia Gaspar
(MTE 28.318/RJ)
Estagiária: Adriana Martins
Diagramação: Leonardo Santos
E-mail: imprensa@sengerj.org.br
Tiragem: 5.000 exemplares
Periodicidade: Mensal
Impressão: Monitor Mercantil

SENGE-RJ – Av. Rio Branco, 277, 17º andar Rio de Janeiro – RJ – CEP: 20040-900

Tel: (0 XX 21) 3505-0707 Fax: (0 XX 21) 3505-0733 Endereço: www.sengerj.org.br Correio eletrônico: sengerj@sengerj.org.br

Do sonho de Allende ao Chile de hoje

O ex-ministro de agricultura do Chile no governo Salvador Allende fala sobre o socialismo, o golpe e a democracia

Júlia Gaspar

O SENGE-RJ foi sede de um debate sobre a Integração latino-americana, dia 21 de junho, com o engenheiro agrônomo e ex-ministro de agricultura do Chile no período Salvador Allende (1970-1973), Pedro Hidalgo, que falou sobre as catástrofes naturais no seu país, sobre o governo Allende e a ditadura de Augusto Pinochet. Hoje, Hidalgo tem 75 anos de idade e faz também trabalhos em consórcios pela defesa do meio ambiente, no sul do Brasil.

O socialista Pedro Hidalgo fez parte do grupo de cinco estudantes de agronomia, que formaram a juventude socialista, em 1958. Desde este período, já conhecia Salvador Allende, na época, deputado no Chile. Allende venceu as eleições presidenciais apenas em 1970 e Hidalgo conta como foi feita a reforma agrária em seu país: “Salvador Allende me perguntou quanto tempo levaria para fazer a reforma agrária no Chile, eu respondi que em um ano apenas, mas que teríamos que fazê-la por município. Então fizemos e Salvador Allende fez o melhor discurso de reforma agrária da época, depois de um ano de governo. A direita ficou louca, mas Allende utilizou uma lei feita por eles”.

Governo curto e importante

Hidalgo conta também que, a partir de 1970, toda criança no Chile passou a ter direito a um litro de leite por dia. Mas, em 1973, ele conta, triste, sobre o Golpe de Estado que o governo de

Allende sofreu, provocado pelo exército do Chile, com apoio dos Estados Unidos e de governos militares de países da América Latina.

“Dizem que Salvador Allende cometeu suicídio, mas este ano, sua família, com a sua filha, senadora Isabela Allende, exumaram seu corpo para investigar, e para nunca mais dizerem que Allende se matou”, conta Pedro Hidalgo.

Muitas informações contraditórias aconteceram naquele período, o poeta Pablo Neruda foi internado em uma clínica com pressão baixa, mas caminhando perfeitamente. Em 48 horas ele morreu, disseram que foi ataque do coração. Hidalgo conta esta história duvidando, ele acredita que Neruda também foi assassinado pelo governo militar.



“Allende (acima) fez o melhor discurso de reforma agrária da época”

PEDRO HILDALGO



Na palestra, Pedro Hidalgo lembrou com emoção da experiência socialista chilena

Hidalgo passou 8 meses preso e foi torturado sem nunca terem feito a ele uma única pergunta. “Apenas uma vez disseram-me: Você gosta da reforma agrária? Então faça agora”. O sobrevivente morou 20 anos na Venezuela, em exílio político, neste período começou a fazer trabalhos para o Brasil. Ele garante: “No Chile, o movimento de esquerda não desapareceu, ficou na clandestinidade”.

A vitória da democracia

A ditadura chilena, liderada por Augusto Pinochet, foi derrotada em 1990. Pedro Hidalgo diz que nunca, na América Latina, uma ditadura havia sido derrotada pela democracia. “Pinochet teve que reconhecer a derrota e 90 dias depois tivemos a primeira eleição democrática. Então, eu pude voltar ao Chile com a minha família e recomencei a trabalhar, claro que, desta vez, não mais no Ministério”.

Hidalgo fala que o Chile vive em democracia há mais de 20 anos e, neste período, teve quatro presidentes socialistas. “Será que a democracia é a continuidade do mesmo governo? O povo elegeu presidentes de direita, mas esta é a democracia. Tenho esperanças e vejo chances que a Michelle Bachelet volte ao Chile como presidente”.

Meios de Comunicação fechados

Pedro Hidalgo afirma que os meios de comunicação chilenos não são democráticos. “Não há como eu publicar, por exemplo, um livro sobre como eu e minha família fomos torturados.

E, hoje, não há nenhum partido comunista, o comunismo acabou”, garante.

Privatização chilena

O diretor do SENGE-RJ Clovis Nascimento Filho pergunta ao palestrante sobre a privatização dos serviços públicos no Chile. Pedro Hidalgo responde que esta privatização no Chile começou na ditadura e lamenta que o Chile não tenha uma tradição pública. “Há, por exemplo, muitos trechos de pedágios no Chile. Isso foi feito em 17 anos, estrategicamente. Nós tínhamos serviço de telefonia, de água, de luz, mas toda a economia chilena de hoje está privatizada. É a teoria de marionetes, não somos donos do nosso destino”, afirma Hidalgo.

O presidente do SENGE-RJ, Olimpio Alves dos Santos, ao fim da palestra, afirma a importância de uma integração latino-americana e que se procure meios para que isso seja efetivado.

A bronca da natureza

Hidalgo afirma que viver no Chile é uma experiência forte. E conta que, em 1960, aconteceu no Chile o maior terremoto da história da humanidade; e que, no mesmo ano, aconteceu uma maremoto, que acabou com 800 Km de litoral. “Quando eu achava que nunca mais em minha vida eu presenciaria um terremoto, em 27 de fevereiro de 2010 acontece o segundo terremoto no Chile, no qual todo o litoral foi embora, cerca de mil Km, levando pequenas cidades do litoral; e há dois meses um vulcão que estava quieto há 50 anos começou a ficar ativo”, explica Pedro Hidalgo.

Sindicato na universidade

Fotos: Júlia Gaspar

Diretor do SENGE-RJ explica a atuação da entidade aos alunos da UERJ

Júlia Gaspar

O diretor do SENGE-RJ Antonio Gerson de Carvalho esteve na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), dia 16 de junho, em uma sala de aula, para explicar aos alunos o papel do Sindicato e a importância da engenharia na sociedade, além de colocar-se à disposição aos representantes do Centro Acadêmico para esclarecimento de dúvidas e parcerias.

Gerson fez a apresentação do SENGE-RJ e das entidades irmãs, como o Crea-RJ, Confea, Fisenge, Clube de Engenharia e Seaerj. O diretor falou sobre o trabalho que o Sindicato desempenha, a sua importância na sociedade, a formação da entidade, as formas de filiação (efetivos, aspirantes, profissionais), a representação de profissionais em questões judiciais e administrativas, a luta pela valorização do profissional, mercado de trabalho, a lei do Salário Mínimo Profissional (4950-A/66), condições de trabalho, eventos, debates,



cursos, publicações e a parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Antônio Gerson fez também uma afirmação positiva aos futuros profissionais: a remuneração dos engenheiros no Rio de Janeiro é superior em relação à média do país. Cerca de 35,3% dos engenheiros recebem mais de 20 salários mínimos e 21,9% recebem menos do que o estipulado pela lei do SMP.



O diretor do SENGE-RJ Antonio Gerson de Carvalho apresentou aos alunos da UERJ a atuação do Sindicato e de outras entidades da categoria

FÓRUM NAVAL EM DEBATE

Reunião no SENGE-RJ discute criação de empresa privada para exploração de petróleo e pré-sal

Adriana Martins

• O Fórum Intersindical da Indústria Naval e Petróleo esteve reunido no SENGE-RJ, dia 14 de junho, para buscar esclarecimento da Petrobras e do Governo Federal sobre a criação da empresa Sete Brasil, que visa construir as sondas necessárias à companhia para exploração do petróleo e do pré-sal. O debate girou em torno da pretensão da Petrobras em repassar recursos e financiamentos a bancos, o que poderia resultar redução de empregos no Brasil, em contraponto à geração de vagas de

trabalho no exterior. No entanto, após novo contato com a companhia, o Conselho e Administração da Petrobras teria se retratado à decisão.

O diretor do SENGE-RJ Júlio Arruda, o presidente do Fórum, Joacir Pedro, entre outros representantes, alegaram que a Petrobras reteria apenas 10% do negócio, mas somaria 90% da Sete Brasil com os Fundos de Pensão da Petros, Previ, Funcef e Valia, além dos bancos Bradesco e Santander. Para a Indústria Naval, segundo os sindicalistas, isso significaria uma perda, uma vez que a privatização do Programa de Modernização e Expansão da Frota da Petrobras (Promef), em destaque na campanha eleitoral da presidente Dilma Rousseff, repassaria não somente



a responsabilidade da construção, mas também a propriedade dos ativos.

Ainda segundo os organizadores do Fórum, os problemas políticos não se limitariam a isso, pois os riscos do Promef já foram superados e, como exemplo, citaram a revitalização dos estaleiros existentes e a construção do estaleiro Atlântico Sul, financiamento garantido pelo Fundo da Marinha Mercante e do BNDES, com juros subsidiados e prazos maiores que a prática de mercado. Além

disso, os sindicalistas consideram que as tarifas a serem pagas pela Petrobras no afretamento seriam maiores, visto que terão que remunerar o capital da nova empresa formada por banqueiros.

Segundo o presidente do Fórum,

após entrega de uma carta a Petrobras, no dia 16 de junho, o Conselho de Administração da companhia teria voltado atrás da decisão, em virtude do ato em defesa do programa da Transpetro e do apoio do SENGE-RJ. “Logo em seguida, graças à intervenção da presidente Dilma Rousseff, os programas dos Promef’s continuam na Transpetro”, diz o diretor Júlio Arruda.

Para os sindicalistas, caso houvesse a doação dos contratos dos Promef’s para a Sete Brasil, a frota da Transpetro passaria novamente “a caminhar para a curva da morte, visto que os navios que a empresa possui são, em sua grande maioria, de casco simples e que, por força de lei, serão obrigados a deixar de navegar”, diz a nota da pauta do Fórum, que completa com a informação de que a Petrobras seria a única empresa de petróleo no mundo que não teria frota própria para transportar seu produto.



SEMINÁRIO PREPARATÓRIO PARA O 9º CONSENGE

Em três dias de debates, especialistas abordam cidades sustentáveis, integração da América Latina, energia, recursos minerais e desenvolvimento

Júlia Gaspar

O Seminário Rumo ao Consenge foi realizado no SENGE-RJ, dias 14, 15 e 16 de junho, representando um pré-congresso preparatório para o 9º Consenge, que acontecerá em Rondônia, em setembro. O objetivo foi discutir as três teses que serão encaminhadas no Congresso e formular propostas. O 9º Consenge terá como tema principal “Cidades Sustentáveis, Integração da América Latina, Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento”. Durante o Congresso, estão sendo planejadas também visitas às usinas

hidrelétricas Santo Antônio, Jirau e Rio Madeira.

No primeiro dia do Seminário, a tese apresentada foi “Cidade Sustentável”, da professora da USP Ermínia Maricato. Os palestrantes Marcos Montenegro, engenheiro e representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) e Ricardo Gouveia, arquiteto e representante da Fundação Bento Rubião, argumentaram a tese de Ermínia Maricato, apresentada em vídeo.

No segundo dia do evento, a tese apresentada em vídeo foi “Integração da América Latina”, de Valter Pomar, historiador e secretário de Relações Interna-

cionais do PT. Os palestrantes Daniel Aarão Reis, professor da UFF e Mário Augusto Jakobskind, jornalista e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa, argumentaram as perspectivas desta tese.

No último dia do Seminário Rumo ao Consenge, a tese apresentada foi “Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento”, de Ildo Sauer, diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP. A tese foi debatida pelos palestrantes Manuel Barreto, geólogo e presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), e Raimundo Pereira, jornalista da Revista Retrato do Brasil. ►

Cidade Sustentável

Fotos: Maurício Scerni

Ricardo Gouveia, arquiteto e representante da Fundação Bento Rubião, aborda a luta constante dos movimentos sociais na identificação de obstáculos e crítica aos Ministérios. Ele fala também do grande número de trabalhadores informais e da rápida urbanização da cidade. “Em 40 anos, o Brasil produziu 70 milhões de pessoas, o que equivale, talvez, a uma França e a uma Itália juntas, que migraram para as cidades, de 1940 à 1980”.

Gouveia argumenta sobre a explosão nos preços dos imóveis. “Há seis anos atrás, Nova Iguaçu valia 700 mil reais e hoje vale mais de três milhões de reais. O crescimento, que foi potencializado pela oferta de recursos do Programa Minha Casa Minha Vida, é exponencial”.

Quanto aos avanços, Ricardo Gouveia pontua a lei 11.124, que criou o Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social, que tramitou 13 anos no Congresso Nacional e foi uma iniciativa popular proposta em 1992, mas chancelada somente em 2005. “Estamos construindo um sistema que reúne atores, recursos e tem uma ação planejada sobre moradia”.

Outro avanço, segundo Gouveia, foi a criação de movimentos sociais a recursos públicos para habitação. “A existência do Programa Crédito Solidário e depois do Programa Produção Social da Moradia e o Minha Casa Minha Vida Entidades, acessado pelas cooperativas de movimentos, representaram uma grande conquista, apesar de terem sido cooptados pelas grandes empresas que se transvestiam de cooperativas”.

A lei 11.481 representa mais um avanço, pois, de acordo com Ricardo Gouveia, permitiu a regularização fundiária de áreas públicas da região e o acesso para a produção de moradias de áreas públicas federais. Ele também cita a criação de grupos de trabalho, no SPU, para identificar imóveis públicos que poderiam ser destinados a habitação de interesse social; a elabo-



Marcos Montenegro, engenheiro e representante da Assemae; Ricardo Gouveia, arquiteto e representante da Fundação Bento Rubião; Clovis Nascimento, diretor do SENGE-RJ



A professora da USP Ermínia Maricato elaborou a tese Cidade Sustentável, apresentada em vídeo

ração do plano nacional de habitação; a lei de assistência técnica; e o aumento do volume dos subsídios e financiamentos para produção de moradias e urbanização de favelas.

Como obstáculo, Ricardo Gouveia cita que o sistema criado administra apenas 5% dos recursos aplicados em desenvolvimento urbano. Ele lamenta que o Minha Casa Minha Vida tenha “atropelado e passado por fora do Sistema Nacional de Habitação e Interesse Social”. Gouveia afirmou que o papel protagonista, neste caso, é o das empresas construtoras. Ele lamenta também a explosão do preço da terra.

Para Ricardo Gouveia, é fundamental o fortalecimento do Sistema Nacional de

Habitação e Interesse Social e dos fundos e conselhos estaduais e municipais; a desburocratização do acesso aos recursos; o acesso à terra urbana infra-estruturada; e a qualificação do Programa Minha Casa Minha Vida.

Os esquecidos

Marcos Montenegro, engenheiro e representante da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (Assemae) afirma que 90% do déficit habitacional no Brasil é formado por pessoas que ganham menos de três salários mínimos por mês. Ele considera que o governo dá prioridade a outras faixas de renda, não as mais baixas.

“Temos um aparato de leis que impressionam, o Ministério das Cidades, Plano Diretor, mas o capital dribla tudo isso e torna tudo mais difícil para as classes mais baixas”, declara Montenegro.

Obras que não deixarão legado

Stel Soares, diretor do SENGE-RJ e engenheiro sanitarista, presente na plateia, abre o debate. Ele afirma que as obras realizadas para a Copa 2014 e as Olimpíadas 2016 não estão deixando legado para a cidade. “Precisamos nos organizar para levar à população as questões de interesse e criar condições para discutir as necessidades do Rio de Janeiro, afinal, a reforma do Maracanã e o Teleférico do Alemão não atendem à população carioca, por exemplo. E as enchentes da Praça da Bandeira não estão no foco, apesar da importância de serem solucionadas para a Copa do Mundo, seria até um legado para a cidade”.

Stel diz também que é preciso romper a barreira da mídia oficial para mostrar os problemas da sociedade, projetos vitrines e elefantes brancos. “O que fazer para chegar ao grande público? Precisamos de apoio, pois derrubarão o elevado do Cais do Porto, será que isso é prioridade? Acredito que não”.

Integração da América Latina

O jornalista e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa, Mário Augusto Jakobskind, declara que a denominação 'América Latina' não é a correta. “Nós somos o continente americano e não nos conhecemos”.

Para Jakobskind, a integração cultural, que passa pelos meios de comunicação, é o grande desafio, mas dá passos importantes. No dia 2 de junho, aconteceu a criação da união latino-americana de agências de notícias. “Apesar de alguns avanços, ainda não chegamos a uma verdadeira integração cultural. Os 'setores arrogantes' são contra, mas para nos conhecermos, precisamos de fontes informativas fora dos grandes eixos”, afirma.

O jornalista considera que é importante a manutenção de governos centro-esquerdistas. E ressalta que o estado precisa estimular os veículos de comunicação alternativa, como TV Brasil (empresa pública) e Telesul (incentivada por movimentos sociais). Ele diz que há uma encruzilhada na área de comunicação, com a grande mídia transmitindo o que não condiz com a realidade.

Mário Augusto Jakobskind diz que é fundamental conhecer os fatos do passado, como, por exemplo, a Operação Condor, que aproximou os governos autoritários do continente. E garante que a participação dos movimentos sociais é fundamental nos dias de hoje.

Daniel Aarão Reis, professor da UFF, destaca que a integração cultural, política e econômica é um interesse brasileiro. “Uma primeira preocupação seria aprovar em nosso Parlamento a integração como política de estado. Deste ponto de vista, entidades sociais podem ter papel decisivo, estimulando o debate, como já fizeram, por exemplo, no plebiscito sobre a ALCA”.

O professor da UFF diz que é necessário afirmar a integração como uma perspectiva cultural e política, dissociando-a dos interesses empresariais, deixando claro que estes precisam estar



Mário Augusto Jackobskind, jornalista e conselheiro da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em palestra



Daniel Aarão Reis, professor da UFF, no debate

subordinados aos interesses de longo prazo. Daniel Aarão considera importante também os programas de integração da juventude, como viagens, intercâmbios escolares, visitas, esporte, cultura, lazer, música, dança, entre outros.

Daniel Aarão Reis ressalta a importância de abrir os dossiês antigos, como os da Guerra do Paraguai e da expropriação do Acre. Para o professor: “se quisermos uma integração solidária e



Olimpio Alves dos Santos, presidente do SENGE-RJ, na mesa de debates sobre a Integração da América Latina

autêntica, os maiores têm mais obrigações”. Ele afirma que é fundamental tentar empreender as reformas necessárias em sintonia, evitando divisões e aproveitando o momento favorável pela multipolarização do mundo e pelo enfraquecimento da capacidade intervencionista dos EUA. Daniel diz que cultivar o internacionalismo latino-americano é um grande desafio para as próximas décadas.



Valter Pomar é o autor da tese **Integração da América Latina**

Rompendo barreiras

Rubem Corveto, representante sindical do SENGE-RJ, presente na plateia, faz uma consideração ao debate. Ele afirma que a sociedade brasileira precisa valorizar a própria cultura, ao invés de glorificar o que é norte-americano ou europeu. Ele diz que é importante até mesmo utilizar o linguajar próprio e parar com termos americanizados. ►

Energia, recursos minerais e desenvolvimento

Fotos:Adriana Medeiros



O jornalista da Revista Retrato do Brasil Raimundo Pereira; a vice-presidente do SENGE-RJ, Lusia Maria de Oliveira; e o geólogo e presidente da CPRM, Manuel Barreto; na mesa de debates

O geólogo e presidente da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Manuel Barreto, apresenta a empresa e o programa Geologia do Brasil, que pretende a construção da infraestrutura para o desenvolvimento do setor mineral.

Para Manuel Barreto, a mineração é priorizada por seus efeitos geradores de divisas indispensáveis à redução da vulnerabilidade externa e à sustentação do crescimento. Ele explica que a importância do levantamento geológico básico deve-se, entre outros fatores, ao setor mineral (mais de 6% do PIB nacional); investimentos em exploração mineral; geração de emprego; e à criação de condições de acesso democrático da sociedade. Os objetivos principais são o avanço no conhecimento geológico do Brasil; a retomada do ciclo de geração de jazidas minerais; e a geração de oportunidades de emprego, renda e receita.

O geólogo faz uma crítica à tese de Ildo Sauer: “Ildo acha que a Petrobras

não teve avanços, desvalorizando o seu próprio trabalho, inclusive na descoberta do Pré-Sal”.

O jornalista da Revista Retrato do Brasil, Raimundo Pereira, considera que é preciso focar mais as propostas para as várias áreas, como petróleo, energia, mineração, a fim de se tornem palavras de luta. “A lei do petróleo ainda não ‘passou’, está em discussão. Há uma oportunidade política de nos articularmos”.

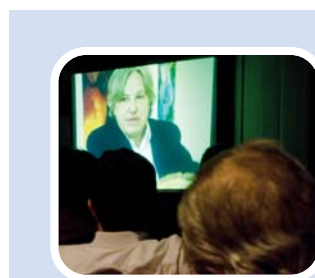
Raimundo Pereira diz que a avaliação do Ildo Sauer é muito otimista,

pois afirma que “ainda persistem na sociedade brasileira espaços extraordinários para promover o direcionamento dos benefícios oriundos da apropriação social dos recursos naturais, quantificados pelo petróleo, gás natural, potenciais hidráulicos, eólicos, urânio, minério de ferro e etc, para a implementação de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social, capaz de extirpar as assimetrias sociais e regionais de promover a autonomia dos cidadãos, resgatando os valores da liberdade, igualdade e fraternidade”.

Raimundo Pereira discorda da avaliação que tenha um “espaço extraordinário para promover este direcionamento”, pois, segundo ele, o Brasil mudou muito depois dos mandatos do Lula.

Discordâncias

Já Gunter de Moura Angelkorte, diretor do SENGE-RJ, levanta da plateia para mostrar seus pontos de discordância. O engenheiro da Eletronuclear garante que a tese do Ildo Sauer é tendenciosa para a energia eólica. Aponta que há um erro, pois a tese diz que a vida útil de uma usina nuclear são 30 anos, Gunter afirma que são 40 anos. E discorda quanto à opinião de Ildo Sauer de promover a gestão pública dos fundos de pensão: “os fundos de pensão são patrimônio dos trabalhadores, dos seus participantes”, afirma. De acordo com Gunter, a tese de Ildo Sauer sugere que o trabalho desenvolvido na indústria nuclear não seja sério. ■



O diretor do Instituto de Eletrotécnica e Energia da USP, Ildo Sauer, é o autor da tese **Energia, Recursos Minerais e Desenvolvimento**, apresentada em vídeo

Ação vitoriosa na RioTrilhos em prol do SMP

Assembleia no SENGE-RJ define compromissos da empresa com os engenheiros

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada dia 8 de junho, no auditório do SENGE-RJ, os engenheiros da RioTrilhos, empregados ativos, inativos e ex-empregados da companhia, foram esclarecidos sobre a atual situação da ação do Salário Mínimo Profissional (SMP) contra a empresa.

A ação, que foi vitoriosa e cuja sentença já transitou em julgado, determina que a empresa, além de ter que pagar as diferenças salariais para o SMP, calculado na razão de 8,5 salários mínimos, desde março de 2002, deve implementar o SMP, desde já, nos contra-cheques dos engenheiros que estão na ativa.

Durante a assembleia, um dos presentes lembrou que existem alguns dissídios coletivos ajuizados pelo Sindicato dos Metroviários que irão alterar

o valor do salário dos metroviários, inclusive dos engenheiros da empresa, o que iria reduzir a diferença salarial para o SMP ou, em alguns casos, até deixar de existir. Foi esclarecido, porém, que as diferenças salariais para o SMP serão calculadas sobre os salários, efetivamente recebidos e que constam das fichas financeiras de cada engenheiro e que a empresa deverá fornecer à justiça para a elaboração dos cálculos da ação. “Dessa forma, possivelmente, deverá ser o caso de, posteriormente, ser pleiteada a complementação salarial em função do impacto dos reajustes salariais decididos naqueles dissídios sobre o SMP”, informou o diretor do SENGE-RJ Paulo Granja para o JE.

Na assembleia, foi deliberada sobre uma das formas de sustentação financeira do SENGE-RJ, que é a Taxa de



O metrô do Rio de Janeiro tem superlotação em horários de rush e os preços das tarifas abusivos

Fortalecimento Sindical (TFS). Segundo o Estatuto e Regimento Interno do Sindicato, o sócio que estiver em dia com as suas mensalidades pagará, a título de TFS, 10% sobre o valor que vier a receber das parcelas vencidas, enquanto que a TFS para o sócio inadimplente e para o não sócio é de 20%. A deliberação da assembleia permitiu, então, que os engenheiros que quiserem se filiar ao SENGE-RJ e gozar da TFS reduzida para 10% poderiam se associar ao sindicato até o dia 15 de julho de 2011.

Ao final da assembleia, o diretor do SENGE-RJ Paulo Granja lembrou que os engenheiros que quiserem receber

os acompanhamentos do processo, por email, ainda que não sejam sócios, deverão informar ou atualizar o seu endereço eletrônico no Departamento Jurídico ou na administração do Sindicato.

Estiveram presentes na assembleia o presidente SENGE-RJ, Olimpio dos Santos, os diretores Paulo Granja e Francisco Parentes, o gerente do departamento jurídico, Luiz Contreiras, e a assessora jurídica, Dr^a Daniele Gabrich, uma das titulares do escritório Barenco & Gabrich. Também esteve presente e compôs a mesa o presidente do Sindicato dos Metroviários do Rio de Janeiro, Rubens Foligno.



Cartas do engenheiro

Um outro ponto de vista sobre o novo Código Florestal

Os dois Governos Lula eram composições políticas de centro esquerdas, com disputas intensas pelo Poder. O Governo Dilma, como continuação deles, tem a mesma característica. Então, uma proposta de reforma do Código Florestal nascida nestas condições tinha de ser polêmica. E, ao contrário do que se comenta, foi discutida sim com a sociedade, com a comunidade científica, etc.

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) organizou um encontro de pesquisadores, cientistas e convidados interessados em aprofundar a discussão sobre o projeto de lei que estabelece o Código Florestal brasileiro,

relatado pelo deputado federal Aldo Rebelo e pronto para ser votado na Câmara dos Deputados.

Participaram do evento o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Marco Antonio Raupp; o presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), Jacob Palis; representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Empresa Brasileira de

Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (Contag) e convidados.

O Deputado passou 12 meses percorrendo o país para ouvir pesquisadores, cientistas, produtores rurais, ambien-

talistas, representantes das várias instâncias de governo e também representantes de organizações não governamentais nacionais e estrangeiras.

A partir das audiências públicas, de reuniões técnicas e de contribuições recebidas de entidades, governos, pesquisadores e cidadãos de todas as partes do Brasil, Aldo elaborou o projeto de lei 1.876/99, aprovado pela Comissão

Especial em 6 de julho de 2010 (13 votos favoráveis, cinco contrários) e pronto para ser votado pelo plenário da Câmara dos Deputados. Na SBPC, o projeto de lei também foi vitorioso. Uma moção contrária à proposta foi rejeitada por 32 votos

“Na discussão entre desenvolvimento, agricultura e meio ambiente, o verdadeiro ausente é o desenvolvimento”

contra 13, em Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 29 de julho de 2010.

Mas na discussão entre desenvolvimento, agricultura e meio ambiente, como em outras, em geral o verdadeiro ausente é o desenvolvimento. Repito: como que por definição, ele destrói o meio ambiente.

Soma-se a isso, no mesmo debate, a violência no campo, a ameaça dos transgênicos... Mas o centro mais nevrálgico da pregação não é ambientalismo: é a desmoralização da política, dos políticos, das instituições políticas (mal ou bem) representativas.

Ora, pois: a quem interessa essa desmoralização?

* **Francisco Parentes de Rezende Corrêa** é diretor do SENGE-RJ

A DÚVIDA DA DÍVIDA

Antonio Gerson de Carvalho, diretor do SENGE-RJ

Foi realizado no Brasil, em setembro de 2000, o Plebiscito da Dívida Externa, o qual o SENGE-RJ participou, e obteve a manifestação de mais de seis milhões de cidadãos, de 3.444 municípios do país. Naquela oportunidade, mais de 95% dos participantes no plebiscito votaram NÃO à manutenção do acordo com o FMI, NÃO à continuidade do pagamento da dívida externa, sem a realização da auditoria prevista na Constituição Federal, e NÃO à destinação de grande parte dos recursos orçamentários aos especuladores.

Nos dados disponibilizados pelo Governo Federal, é possível constatar que do Orçamento Geral da União de 2010, cujo montante chegou a R\$1,4 trilhão, os recursos destinados às áreas de educação, saúde, habitação e saneamento, todas somadas não ultrapassaram 7% do orçamento, enquanto os valores destinados aos gastos com juros, amortizações, e com a rolagem (refinanciamento) da dívida chegaram perto do valor correspondente a 45% do orçamento.

Recentes investigações feitas pela CPI da Dívida, instalada na Câmara dos Deputados, durante os anos de 2008/2009, mostraram que cabem questionamentos sobre as informações existentes sobre a dívida, o que reforça a necessidade da realização de uma Auditoria oficial minuciosa, para revelar a verdadeira natureza dessa dívida, o

que é ou não devido, e promover ações que possam reduzir seu montante e conseqüentemente a imensa sangria dos recursos que impede a aplicação de maiores recursos nas áreas mais necessitadas do país.

No entanto, apesar de ter sido determinação da Constituição Federal, em seu Artigo 26, do

O Plebiscito da Dívida Externa, o qual o SENGE-RJ participou, obteve a manifestação de mais de seis milhões de cidadãos

Ato das Disposições Transitórias:

“Art. 26 No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

§ 1º A Comissão terá a força legal de Comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

§ 2º Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.”

Mas o Congresso Nacional não procedeu até hoje a convocação da auditoria. A OAB, através do seu Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em dezembro de 2004, promoveu uma arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal, sem qualquer resultado.

Todas estas informações estão divulgadas por meio de publicações didáticas, boletins, cartilhas e outros, na página na internet da Rede Jubileu Sul/Brasil, www.divida-auditoriacidadada.org.br. Vale a pena acessar.

Engenharia Cultural

ARTE, POESIA E LITERATURA

*desperto com vontade
de ganhar segundos
com esta inverdade
logo logo me iludo*

*agenda sem espaço
horários ocupados
sinto cansaço
sem ter começado*

*a rede do pescador
lançada na baía
traz o lixo da prosperidade
que foi luxo um dia*

Raul Pessoa,
engenheiro civil

Reprodução



**PALPITE
INFELIZ**
(Noel Rosa)

*... Fazer
poema lá na
Vila é um
brinquedo,
Ao som do
samba dança
até o arvored-
do,
Eu já chamei
você prá ver,
você não viu
porque não
quis,
Quem é você
que não sabe
o que diz?*

• Trecho da letra do samba "Palpite Infeliz" composição de Noel Rosa em resposta a Wilson Batista outro grande compositor com quem travou uma espécie de desafio musical. Noel faleceu aos 26 anos, vitimado por tuberculose e, em 11 de dezembro de 2010, foi comemorado 100 anos do seu nascimento.



O músico Jurandy do Sax atravessa a Praia do Jacaré de barco, vestido de branco e tocando o Bolero de Ravel, durante o pôr do sol. O engenheiro Gerson de Carvalho registrou esta referência turística de João Pessoa

PENSAMENTO DO MÊS

*“Certas pessoas, que cumprem seu dever como o vêem,
precisam consultar um oculista” (J.H.Smith)*

• A coluna “Engenharia Cultural” é destinada a engenheiros que queiram publicar poesias, contos, crônicas, histórias de vida, ou mesmo fotos em alta resolução (300dpi) sobre a cidade ou de denúncia social. Para participar, envie sua colaboração para: imprensa@sengerj.org.br

SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

Engenheiro, exija seu direito!

LEI 4950-A/66



Desindustrialização: Conceito e situação no Brasil

Nos últimos meses, o debate sobre a elevação da taxa básica de juros como mecanismo de combate à inflação e os efeitos derivados deste tipo de política, principalmente na taxa de câmbio, fez com que o tema da desindustrialização ganhasse força no noticiário econômico brasileiro. Afinal, com o câmbio apreciado, corremos o risco de exportarmos apenas commodities e importarmos cada vez mais bens de consumo final? Esse tipo de desindustrialização é boa ou ruim para o país?

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE – lançou, em junho deste ano, a Nota Técnica nº 100, que examina o conceito de desindustrialização e contextualiza a trajetória do setor industrial no Brasil atual, nos Estados Unidos e na Coreia do Sul, país com recente industrialização, de forma a buscar elementos para subsidiar o entendimento do debate em torno do tema. O texto refere-se à conjuntura enfrentada pela indústria de transformação, já que, nos outros setores

industriais (extrativa, energia, construção civil e outros), o país possui alta competitividade.

Industrialização representa o processo pelo qual a indústria aparece como o setor dinâmico de uma economia, aquele que agrega mais valores ao produto total e/ou cria maior número de empregos. Historicamente, a indústria surge na Europa e passa a ser a atividade mais importante de algumas economias daquele continente, superando a acumulação de capital na agricultura e no comércio e tornando-se o setor com maior produtividade e o maior gerador de empregos.

Em um conceito mais abrangente, a desindustrialização seria caracterizada como uma situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente.

A desindustrialização não significa, necessariamente, algo danoso e que eventualmente vá empobrecer determinada sociedade. É preciso saber em que circunstâncias ela ocorre. Os países industrializados assistiram, nas três últimas décadas, uma enorme expansão

do setor de serviços, muitos dos quais exigiram uso intensivo de mão-de-obra e alto grau de especialização (empregos de qualidade). Neste contexto, os serviços passaram a gerar mais emprego e renda, apesar da manutenção e até do crescimento da indústria. Houve, nesse caso, um claro processo de desindustrialização, uma vez que o setor industrial perdeu, para os serviços, a condição de atividade dinâmica da economia.

A desindustrialização torna-se um problema quando ocorre em circunstâncias que ameaçam o crescimento da economia e a diminuição da qualidade de vida da população. Países em processo de industrialização, em que a indústria de transformação, pelo menos na maior parte, ainda não atingiu estágios de produtividade e competitividade compatíveis com os níveis encontrados internacionalmente, e a renda per capita da população ainda é baixa, são aqueles que se ressentirão de eventual redução no valor agregado e no número de empregos gerados.

Para países como o Brasil a diminuição do peso da indústria, além de deixar de gerar empregos qualificados,

cria uma dependência perigosa, uma vez que a população vem consumindo produtos industriais com mais qualidade e em quantidades cada vez maiores.

A produção de commodities agrícolas e minerais, por mais importante e dinâmica que seja, não afasta o problema. A possibilidade de se agregar valor a esses produtos é extremamente limitada, e seus preços se formam fora do mercado nacional, deixando poucas alternativas para a economia, caso a demanda por eles diminua ou os preços caiam. Enquanto exportador de produtos primários, o Brasil enfrentou, de forma sucessiva, crises cambiais arrasadoras, fruto de conjunturas internacionais adversas, que provocaram situações econômicas críticas e prejuízo para grande parte da sociedade.

Sendo assim, estancar um processo de desindustrialização precoce, caso seja constatado de fato, é fundamental para a continuidade do crescimento econômico brasileiro e principalmente para a qualidade e sustentabilidade desse crescimento no longo prazo.

• Para ler a Nota Técnica na íntegra, acesse: www.dieese.org.br

Diretor do SENGE-RJ toma posse no ConCidades

Adriana Martins

• O diretor do SENGE-RJ Clovis Nascimento Filho tomou posse para representar os trabalhadores engenheiros no Conselho das Cidades (ConCidades). A solenidade ocorreu no dia 8 de junho, em Brasília, e contou com a presença do ministro das Cidades, Mário Negromonte, para oficializar a gestão, já iniciada no mesmo dia, com a primeira reunião.

O ConCidades é um órgão colegiado, integrante da estrutura do Ministério das Cidades, que tem por finalidade estudar e propor diretrizes para a formulação e implementação



Clovis Nascimento

Arquivo SENGE-RJ

da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), bem como acompanhar a sua execução, entre outras funções. Os integrantes participam e acompanham a execução das atividades das secretarias de Habitação, Saneamento, Programas Urbanos e Transporte e Mobilidade.

O diretor Clovis também é engenheiro da Companhia de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (Cedae), a qual passa por um processo de privatização nas redes de esgoto de bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro. A respeito disso, o JE de agosto trará uma matéria especial.

art GARANTIA PARA O ENGENHEIRO E A SOCIEDADE

Engenheiro, ao preencher a sua Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) no campo referente ao Código de Entidade de Classe, anote o **número 27**. Desta forma, você estará repassando 10% de sua ART para o Sindicato dos Engenheiros e estará contribuindo para que o Senge fortaleça a luta em defesa dos engenheiros e da engenharia nacional. Acesse a página eletrônica do sindicato (www.sengerj.org.br) e conheça um pouco mais a sua entidade representativa.



Divulgação

Projetos e perspectivas da Copa do Mundo de 2014

SENGE-RJ marca presença em seminário que apresentou o novo Maracanã

Claudionor Santana

Adriana Martins

O presidente do SENGE-RJ Olímpio dos Santos representou a categoria de engenheiros ao mediar a mesa redonda “Estádios”, durante o Seminário “Copa do Mundo 2014: Projetos, Rumos e Perspectivas”, realizado no Clube de Engenharia, dia 6 de junho. À mesa, o presidente do Crea-PR, Álvaro Cabrini; o engenheiro civil Carlos Bernardo Zaeyen, das empresas Andrade Gutierrez, Odebrecht e Delta; o deputado federal Alessandro Molon; além da coordenadora de Arquitetura e Urbanismo SMU, Helena Rego, e o presidente da Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro (Emop), Ícaro Moreno, debateram os paradigmas e as manutenções das estruturas dos estádios, as vitórias e os legados da Copa do Mundo à população do Estado do Rio de Janeiro.

Olímpio dos Santos iniciou os debates sobre os projetos no Maracanã. O presidente da Emop, Ícaro Moreno, apresentou os desafios do maior estádio do Brasil, que, na sua concepção, carregava os paradigmas de 1950, e as referências técnicas da Federação Internacional de Futebol (Fifa).

O engenheiro civil Carlos Bernardo Zayen, do consórcio Andrade Gutierrez, Odebrecht e Delta, falou que o novo projeto para o estádio do Maracanã acata às normas de acessibilidade, tendo capacidade, por exemplo, para 96 pessoas em cadeiras de roda e 67 banheiros adaptados.

Controvérsias quanto ao legado

O deputado federal Alessandro Molon debateu o legado que os megaeventos deixarão à população do Estado do Rio e apresentou a Comissão da Copa 2014, da Câmara dos Deputados, que visa a fiscalização das obras. Além disso, questionou o tombamento da marquise do Maracanã e citou a falta de estrutura dos transportes públicos. “Queremos o transporte que o Rio de Janeiro merece”.

A arquiteta Helena Rego, responsável por arquitetura e urbanismo do entorno do Maracanã, finalizou o debate, ao dizer que a região integrará a Quinta da Boa Vista, no bairro de São Cristóvão, com o estádio, a fim de aproveitar a área natural da cidade do Rio.



Da esquerda para a direita: deputado Alessandro Molon, Ícaro Moreno Jr., Olímpio Alves dos Santos, Álvaro Cabrini, Helena Rego e Carlos Bernardo Zaeyen

MARACANÃ PARA QUEM?

Enquanto uns cuidam do visual do Maracanã para receber turistas e os demais grupos da elite, há quem entenda a questão como um afastamento do povo do estádio. Segundo o engenheiro civil e diretor do SENGE-RJ Stel Soares, a população do Rio não poderá usufruir do legado que as reformas deixarão e será preciso readequar o estádio à realidade brasileira. Stel considera que a demora no início das obras estava prevista e estaria associada ao aumento de custos. Para Stel, os preços altos e as cadeiras limitadas derivam da elitização de um esporte que deveria ser popular.

OBRAS DE FICÇÃO

O diretor do SENGE-RJ argumenta que o atual projeto para reforma do Maracanã é de bom gosto, mas, no entanto, uma “obra de ficção”. Para Stel, esse “escândalo” no atraso é recorrente em toda engenharia nacional e teria sido descoberto há anos atrás: “Você faz um projeto ruim, sem dados adequados, orça, licita e, depois, tem que modificá-lo durante a obra. Ao modificar você muda os custos, os preços, e são esses escambos. A engenharia nacional é capaz de construir qualquer coisa de qualidade, mas é incapaz de fazer um orçamento, princi-

palmente em obras públicas”, afirma.

No caso do Maracanã, Stel Soares informa que uma lage seria fixada em cima da cobertura antiga, e tudo foi orçado assim, entretanto, após iniciadas as obras, foi descoberto que a lage antiga não suportaria o peso da nova. A pergunta é: “como não sabiam que a lage não ia resistir? Não foi feito nenhum estudo?” O engenheiro considera isso uma armação: “É um escândalo para a engenharia nacional, que é altamente competente. Não se faz mais um orçamento adequado.”

O orçamento do Maracanã que, segundo Stel, estava em R\$ 720 milhões, aumentou em mais de 30%: “O consórcio ganhou, começaram as obras e agora está em R\$ 952 milhões, porque tinham esquecido, não sabiam que a lage de cima não resistia ao complemento que havia sido projetado.”

MENOS CADEIRAS, MENOS PÚBLICO

Stel Soares informa que, na reforma do Maracanã para o Pan, foi retirada a torcida “Geral”. Entretanto, na opinião do engenheiro, esse ato é desnecessário. Ele ressalva que, embora tenha sido exigências da Fifa, seria viável impedir a torcida durante os eventos, em vez de retirá-la.

De acordo com o engenheiro, isso

indica uma elitização do estádio para os próximos eventos. Ele afirma que são 78 mil lugares disponíveis, uma redução de 111 mil pagantes, em comparação ao jogo Brasil e Paraguai, em 1969. “Acredito que terão que readaptar o Maracanã, depois da Copa, à nossa realidade, que é, no mínimo, ter melhor segurança”. Stel completa que, embora o projeto deixe o estádio bonito, isso privilegiará apenas os próximos eventos. “Muito dinheiro está sendo gasto para alcançar objetivos de Copa e Olimpíadas, mas é difícil garantir o que ficará”.

RESPONSABILIDADE DILUÍDA

Stel Soares deixa uma questão a ser refletida: Quem é o culpado de não ter feito os estudos antes de iniciar as obras do Maracanã e de fazer um projeto, orçar e licitar e começar a obra? A resposta dos responsáveis, segundo o engenheiro civil, é sempre a mesma: “Bom, mas isso foi antes, não fui eu, eu agora só toco a obra”, ou seja, para Stel, não há formas de se montar esse painel completo, analisar responsabilidades, pois o resumo é sempre esse. “Isso já é uma armação, já se aprendeu a armar a coisa de tal maneira, que acaba não havendo culpados, a coisa se dilui”, finaliza.